

O poder de quem tem caneta cheia

Gaudêncio Torquato (*)

O presidencialismo de coalizão no Brasil terá vida longa?

A interrogação leva em conta a propensão do atual governo em manter certa distância dos representantes políticos temendo pressão por espaços e cargos na estrutura. A esfera parlamentar, observa-se, quer ganhar proeminência e maior independência do Executivo. Aliás, nessa direção age o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao procurar impor a pauta dos deputados e levar adiante um avançado programa reformista.

Há uma premissa verdadeira, mas desprezada pelo presidente Bolsonaro: “quanto mais extensa a aliança em torno do Executivo, maior a probabilidade do governante administrar sismos nas frentes congressuais e garantir a governabilidade”. Siglas e blocos, sob essa ideia, teriam largo espaço na condução do País.

Essa relação de troca tem sido medida histórica do equilíbrio entre os dois Poderes. O presidencialismo de coalizão alimenta-se da base política e esta come do seu pasto para engordar. Mas Bolsonaro considera essa hipótese como “velha política”.

O presidencialismo mitigado, ou um parlamentarismo à moda francesa, até foi tentado pelo presidente Michel Temer, de certa forma, governou com o Parlamento. Mas o DNA do presidencialismo está bem presente em nossa cultura política. A semente presidencialista viceja em todos os espaços.

O termo presidente faz ecoar grandeza, forma associação com a aura do Todo-Poderoso, com as vestes do monarca, com a caneta do homem que tem influência, poder de mandar e desmandar. Até no futebol o presidente é o mandachuva. O chiste é conhecido: como o ato mais importante da partida de futebol, o pênalti deveria ser cobrado pelo presidente.

O culto à figura do presidente e, por extensão, a outros atores com o poder da caneta faz parte da glorificação em torno do Poder Executivo. Tronco do patrimonialismo ibérico. Herdamos da monarquia os ritos da Corte: admiração, bajulação, respeito e mesuras, incluindo o beija-mão. O sociólogo francês Maurice

Duverger defende a tese de que o gosto latino-americano pelo sistema presidencialista tem que ver com o aparato monárquico na região. O vasto e milenar Império Inca, com seus grandes caciques, e depois o poderio espanhol, com seus reis, vice-reis, conquistadores, aventureiros e corregedores, plasmaram a inclinação por regimes de caráter autocrático.

O presidencialismo por estas plagas agrega uma dose de autocracia. Já o parlamentarismo que vicejou na Europa se inspirou na ideologia liberal da Revolução Francesa, cujo alvo era a derrubada do soberano. Isso explica a frieza europeia ante o modelo presidencialista. A disposição monocrática de exercer o poder vem, no Brasil, desde 1824, quando a Constituição atribuiu a chefia do Executivo ao imperador.

A adoção do presidencialismo, na Carta de 1891 – que absorveu princípios da Carta americana de 1787 –, só foi interrompida no interregno de 1961 a 1963, quando o País passou por ligeira experiência parlamentarista. Assim, o presidencialismo se eleva ao altar mais alto da cultura política. O poder que dele emana impregna a figura do man-datário, elevado à condição de protetor, bememérito. Essa imagem ganha tintas fortes no desenho de nossa cidadania.

De acordo com o traçado do sociólogo Thomas Marshall, os ingleses construíram sua cidadania abrindo, primeiro, a porta das liberdades civis, depois, a dos direitos políticos e, por fim, a dos direitos sociais. Entre nós, os direitos sociais precederam os outros. A densa legislação social (benefícios trabalhistas e previdenciários) foi implantada entre 1930 e 1945, no ciclo de castração de direitos civis e políticos.

Portanto, o civismo e o sentimento de participação ficaram adormecidos por muito tempo no colchão dos benefícios sociais. Imaginar que o parlamentarismo terá chance só mesmo ante uma ruptura mais acentuada entre o Executivo e o Legislativo. E com a aprovação popular. Por enquanto, temos de conviver mesmo com o fardão presidencialista.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. Twitter@gaudtorquato. Acesse o blog www.observatoriodopolitico.org.

Senado pode concluir hoje votação da PEC Paralela

Os senadores devem concluir, na sessão deliberativa de hoje (12), a votação da chamada PEC Paralela da Previdência

Devem votar quatro destaques solicitados por bancadas partidárias que visam alterar o texto-base já aprovado em primeiro turno. A expectativa é que a matéria seja votada em segundo turno no mesmo dia.

O texto do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), altera pontos da reforma da Previdência. A principal mudança é a inclusão de estados e municípios no novo sistema de aposentadorias. Eles po-



Senadores debatem durante a votação da PEC Paralela da reforma da Previdência.

derão adotar integralmente as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da Previdência para os servidores públicos civis da União por meio de lei ordinária.

O texto também prevê re-

gras diferenciadas para servidores da área de segurança pública e traz a possibilidade de criação do benefício universal infantil, aprofundando a seguridade social da criança, o que estava previsto na

proposta inicial da reforma da Previdência. O benefício, que deverá ser criado posteriormente por lei, concentrará recursos nas famílias mais pobres e na primeira infância (Ag.Senado).

Proibição ao BNDES de financiar projetos estrangeiros

Está agendado para ser votado hoje (12) pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a proposta que proíba o financiamento do BNDES a governos estrangeiros e a projetos a serem realizados em outros países. A proposta, do senador Reguffe (Podemos-DF), teve duas emendas acolhidas pelo relator, o senador Plínio Valério (PSDB-AM).

A senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) entende que um dos objetivos do BNDES como banco de desenvolvimento é apoiar as exportações brasileiras, sendo a principal fonte de financiamento de médio e longo prazos das vendas externas do país. Ela acredita que as duas emendas, apresentadas pela senadora Kátia Abreu (PDT-TO), cria exceções importantes para que o Brasil possa alcançar importantes mercados de serviços estrangeiros.

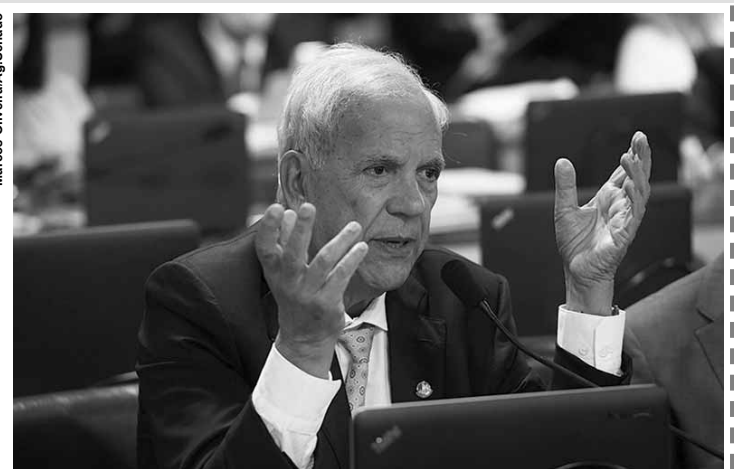
Caso o projeto seja aprovado, seguirá para a CCJ, onde terá caráter terminativo. Ou seja, poderá seguir diretamente para análise da Câmara caso não seja apresentado recurso para ser votado pelo Plenário (Ag.Senado).

PEC de prisão após segunda instância na pauta da CCJ

A presidente da CCJ do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), anunciou que vai incluir na pauta da próxima reunião da comissão a proposta que altera a legislação sobre a prisão em segunda instância. De autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição para permitir a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

A PEC tem como relatora na comissão a senadora Juíza Selma (Podemos-MT), que deu parecer favorável à aprovação do texto. Em seu relatório, explicou que a proposta é simples, definindo que a “decisão condenatória proferida por órgãos colegiados deve ser executada imediatamente, independentemente do cabimento de eventuais recursos”.

E ressaltou que a PEC não viola qualquer cláusula pétrea. “O próprio STF já decidiu que a qualificação de uma norma como cláusula pétrea não significa que seja ela



A proposta, de autoria do senador Oriovisto Guimarães, permite a execução provisória da pena.

intocável: protege apenas seu núcleo essencial, seu âmago, sua essência”, explicou a relatora no documento. Para o senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) é preciso votar o quanto antes a proposta. “O fim da prisão em segunda instância é um absurdo. Teremos oportunidade de imediatamente dar uma resposta à nação brasileira e ao STF”, defendeu via Twitter.

Para o senador Lasier Mar-

tins (Podemos-RS) é preciso ir mais longe. Ele anunciou que vai propor aos líderes do Senado favoráveis à PEC que se faça a obstrução total das votações na Casa até que seja aprovada a proposta na CCJ. Também pelas redes sociais, o senador Flávio Arns (Rede-PR) também defendeu a prisão após condenação em segunda instância e conclamou o Congresso a resolver a questão (Ag.Senado).

CPI das Fake News vai ouvir a deputada Joice Hasselmann

A CPI que investiga as fake news vai ouvir, no próximo dia 20, a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP) para esclarecer declarações sobre milícias digitais feitas pela parlamentar em suas redes sociais. Autor do requerimento para a audiência da deputada, o senador Rogério Carvalho (PT-SE), entende que Joice pode ajudar nas investigações por ter manifestado conhecer a origem de mensagens que vem recebendo.

“Não tenho medo da milícia, nem de robôs”, publicou Joice em 18 de outubro, como resposta a publicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). O senador destacou ainda que, na ocasião, Joice também afirmou: “Não se esqueçam que eu sei quem vocês são e o que fizeram no verão passado”.

A deputada foi convidada para prestar esclarecimentos sobre sua publicação no Twitter na qual afirmou: “Eles têm uma milícia virtual e todo mundo



Joice Hasselmann afirmou conhecer a existência de “milícias digitais”.

sabe disso. São pessoas interligadas em todo Brasil, algumas recebendo para isso e outras não. Muitos robôs. Já sabia e não estou nem aí para isso”, disse a deputada na rede social.

A CPI das Fake News tem como finalidade investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia; a utilização de perfis falsos

para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. O senador Angelo Coronel (PSD-BA) é o presidente da comissão (Ag.Senado).

Eleição aprofunda impasse político na Espanha



Pedro Sánchez terá novamente de buscar alianças para formar governo.

A eleição legislativa do último domingo (10) na Espanha aprofundou o cenário de impasse e divisão política que já levou o país duas vezes às urnas antecipadamente apenas em 2019. O Partido Socialista Operário Espanhol (Psoe), do primeiro-ministro Pedro Sánchez, conquistou 28% dos votos e 120 cadeiras no Congresso de Deputados, três a menos que na eleição de 28 de abril, o que deve dificultar sua tarefa de formar um novo governo.

Em segundo lugar aparece o conservador Partido Popular (PP), com 20,8% dos votos (88 assentos no Parlamento), à frente da legenda de extrema direita Vox, que confirmou sua ascensão ao receber 15,1% da preferência e garantir 52 cadeiras na Câmara. O partido havia entrado no Parlamento na eleição de abril passado, algo inédito para a extrema direita espanhola desde o início da

década de 1980, e agora já tem a terceira maior bancada.

Boa parte desse crescimento se deu em cima da sigla populista Cidadãos (CS), que ajudara a romper o bipartidarismo entre Psoe e PP, mas viu sua bancada encolher de 57 para 10 deputados.

A coalizão de esquerda Unidade Popular (UP) também se desidratou, passando de 42 para 35 assentos. A UP é candidata natural a formar um governo com o Psoe.

Além disso, os socialistas terão de ampliar seu leque de alianças para garantir maioria parlamentar (176 cadeiras, de um total de 350). As alternativas para Sánchez são atrair novamente partidos nacionalistas catalães, os mesmos que forçaram a convocação da eleição de abril, ou garantir a abstenção do PP no voto de confiança, apostando no cansaço da população com o impasse político no país (ANSA).

Royalties da mineração para o Ministério da Defesa

Tramita na Câmara projeto que altera os percentuais de distribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para destinar recursos ao Ministério da Defesa, que serão aplicados em aquisição, manutenção e desenvolvimento de produtos estratégicos, como armamentos. De autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), o ministério terá 3,2% da arrecadação da CFEM, que também é conhecida como royalties da mineração.

Para conceder esse percentual, dois se-

tores hoje beneficiados perdem recursos. A Agência Nacional de Mineração (ANM) passará a receber 4% da compensação, contra os 7% atuais. O órgão utiliza os recursos em sua atividade de regulação do setor mineral. Já o Ibama perderá integralmente a sua parcela, que hoje é de 0,2%. Estes recursos são aplicados em atividades de proteção ambiental em regiões impactadas pela mineração.

Orleans e Bragança lembra que boa parte dos recursos da CFEM são contingenciados pelo governo federal para cumprir as metas

fiscais do ano. Assim, não faz sentido destinar uma parcela tão diminuta da CFEM para o Ibama. “O ente não precisa desse montante para manter-se em operação e tal destinação revela-se meramente suplementar a outras fontes mais importantes de recursos”, disse. Por outro lado, há projetos importantes da área de defesa que hoje não são contemplados com a compensação. O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Meio Ambiente; Minas e Energia; Defesa Nacional; e Constituição e Justiça (Ag.Câmara).